



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760**

## SENTENÇA

Processo nº: **1001664-73.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**  
 Exequente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**  
 Executado: **Luiz Carlos Nicoletti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO

Vistos.

Trata-se de exceção de pré-executividade movida por **Luiz Carlos Nicoletti** nos autos da execução fiscal que lhe move a **Fazenda Pública Municipal de São Carlos**, sustentando o cabimento do referido instrumento processual para alegação de matérias suscetíveis de conhecimento de ofício pelo juiz e que não demandam dilação probatória. No mérito, aduz que os créditos tributários ora cobrados estão fulminados pela prescrição, fls. 32/38.

Sobre a exceção, manifestou-se a exequente, refutando os argumentos da excipiente e defendendo o não cabimento de exceção de pré-executividade. Defende: (i) a ocorrência de preclusão lógica, uma vez que o executado efetuou o depósito do valor do débito e requereu a extinção da execução às fls. 20/23 (ii) da não ocorrência do fenômeno da prescrição, vez que houve a interrupção do lapso prescricional pela ação anulatória de débito fiscal que tramitou perante esta vara (Processo nº 1123/2006 - 0011682-93.2006), fls. 83/86.

### É o breve relatório. Fundamento e decido.

Primeiramente, afastar a preliminar de preclusão lógica, isto porque, neste caso, não há espaço para aplicação da preclusão ao instituto da exceção de pré-executividade quando veicula questão de ordem pública, “da prescrição”.

Neste sentido:

*“EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA PROSSEGUIR O JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.719 - RS (2014/0128569-9), RELATOR: MINISTRO HUMBERTO MARTINS, Brasília (DF), 18 de março de 2016.).”*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

A exceção de pré-executividade apresentada é cabível uma vez suscitadas matérias de ordem pública, cognoscíveis de ofício, e que dispensam dilação probatória (Súm. 393, STJ).

Se houver necessidade de dilação probatória, mínima que seja - por exemplo, dar-se nova vista ao excipiente para juntar tal ou qual documento -, apresenta-se incabível a exceção uma vez que o processo executivo não é predisposto à atividade cognitiva, sob pena, inclusive, de tumulto processual em detrimento da efetividade da tutela jurisdicional satisfativa.

No caso em análise, verifica-se que a questão suscitada admite apreciação pela via da exceção de pré-executividade, pois a prova documental constante dos autos executivos é mais que suficiente para a análise das matérias alegadas.

Passo a analisar a questão prejudicial de mérito, da prescrição da dívida.

A origem do tributo está mencionada nas CDAs como sendo IPTU. Trata-se de tributo sujeito a lançamento de ofício, cuja notificação ocorre como recebimento do carnê para pagamento pelo contribuinte. Súmula 397 do STJ: “*O contribuinte de IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço*”

A partir da data de entrega, inicia-se o termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional quinquenal para a execução fiscal, nos termos do artigo 174, do Código Tributário Nacional. Vale destacar o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

*"Em se tratando de imposto territorial urbano, o termo inicial da contagem da prescrição é a data da notificação do contribuinte, o qual se aperfeiçoa com a entrega do carnê, no início de cada exercício, fluindo a partir daí o prazo prescricional de cinco anos, conforme estabelecido no artigo 174, caput, do Código Tributário Nacional." (Apelação nº 0012662-65.2010.8.26.0286.8.26.0000, Relator Desembargador Cláudio Marques - julgado aos 02.06.2016).*

É certo que o lançamento torna o crédito tributário exigível, sendo esse o termo a quo para a prescrição quinquenal.

O ente fiscal tem cinco anos, a contar da data da constituição definitiva do crédito tributário, para cobrar judicialmente a dívida tributária, ajuizando a competente execução fiscal.

A prescrição, no entanto, tem causas interruptivas, quais sejam, aquelas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760**

previstas nos incisos do parágrafo único do artigo 174, do CTN, e quando presentes, a contagem do prazo quinquenal inicia-se novamente.

Os créditos tributários ora executados são relativos ao IPTU do exercício de **2006**, ref. a inscrição cadastral 01.02.044.013.003.

A presente execução fiscal foi distribuída em **23/02/2018**.

A dívida não está prescrita.

De acordo com os docs. de fls. 39/91, observa-se que a validade do débito em questão estava sendo discutida por meio da ação anulatória de débito fiscal (0011682-93.2006), movida por JOSE ANTONIO DE FARIA DE GODOI, DAGOBERTO REBUCCI, LUIZ CARLOS NICOLETTI, PEDRO GERALDO PASCHOALINO, RICARDO DAGNONE e SEBASTIAO DANHONE, contra a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, que foi julgada improcedente.

Naquele processo, houve decisão antecipando a tutela para suspender a exigibilidade do tributo determinando o depósito integral do valor do tributo, com o depósito houve a suspensão do lapso prescricional, nos termos do artigo 151, inciso II, do CTN.

A sentença proferida naqueles autos julgou improcedente o pedido, indeferindo a liminar nela concedida, a fim de que o imposto, reconhecido válido, possa ser exigido, ficando à disposição da autora o oportuno levantamento de quantia depositada como garantia (trânsito em julgado), fl. 57.

**O recurso de apelação de fls. 429/456 (autos principais) foi recebido em seus regulares efeitos.**

**Uma vez suspenso o prazo quinquenal, sabe-se que este somente começa a correr novamente a partir do trânsito em julgado da sentença que julgou a ação anulatória, ou seja, quando consolidada a coisa julgada formal não impeditiva de nova propositura da ação.**

Deste modo, salvo nos casos em que restar configurada hipótese de prescrição intercorrente, a prescrição não corre durante a tramitação regular do processo.

Assim, na espécie, como houve a consolidação da coisa julgada formal em **14/09/2017**, houve a suspensão do prazo prescricional no **período compreendido entre 2006 a setembro/2017**, a parte exequente propôs a ação dentro do lapso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

quinquenal, eis que a presente execução fiscal foi distribuída em **23/02/2018**.

Ante o exposto, **REJEITO** a exceção de pré-executividade, afastando a alegação de prescrição do crédito exequendo.

Deixo de fixar verbas de sucumbência por não ter sido o incidente bem sucedido, não sendo caso de acolhimento, não implicou extinção da execução. (STJ, EDcl no REsp 1306400 / RJ, Segunda Turma, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 26/10/2012).

\*\_\*

Prosseguindo-se com a execução, o executado inicialmente não se opôs ao levantamento dos valores constritos nestes autos em favor da Municipalidade e requereu a extinção do feito nos termos do artigo 924, II, do CPC.

Rejeitada a exceção de pré-executividade, a extinção do cumprimento de sentença nos termos do artigo 924, II, do CPC é a medida de rigor.

Nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil, **JULGO EXTINTO** este cumprimento de sentença requerido por **Município de São Carlos** em face de **Luiz Carlos Nicoletti**.

**DEFIRO** o pedido formulado à fl. 79 para a conversão do depósito em renda do valor de R\$4.176,83, para o mês de outubro/2018 (bloqueado à fl.17), que deverá ser atualizado até a data do seu efetivo levantamento. Expeça-se o respectivo mandado de levantamento em favor do(a) exequente(a) e/ou de seu(sua) Patrono(a), do valor bloqueado da conta do devedor (fls.16/17), para a quitação do débito.

Providencie a serventia a extinção e arquivamento dos RPV's (digitais), se o caso, nos termos do **COMUNICADO CG Nº 1299/2017, publicado no DJE de 31/05/2017**.

Oportunamente, transitada esta em julgado e promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos.

**Publique-se e Intime-se.**

São Carlos, 04 de dezembro de 2018 .

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**